**Cancela fechada: (r)existências docentes na(s) favela(s) do Rio de Janeiro.**

Lorena Azevedo do Carmo, Secretaria Municipal de Educação (SME-RJ)

Jeferson Maske, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Resumo

O texto aborda as vivências em favelas do Rio de Janeiro, destacando as violências nelas presentes e sua influência nas práticas cotidianas. Enfatiza a necessidade de repensar a prática docente diante de políticas curriculares que confluem com o ódio, defendendo a resistência e (re)existência no contexto educacional. Utilizando referências teóricas de autores como Ginzburg, Certeau e Bhabha, a partir de uma perspectiva pós-estrutural, valoriza a resistência como forma de desafiar as lógicas capitalistas nos currículos, explorando vivências das comunidades faveladas e pontuando a necropolítica na segurança pública e políticas curriculares educacionais. Defende uma educação que reconheça a diversidade de saberes, experiências e vidas, rompendo com visões de que buscam aniquilar as diferenças.

Palavras Chaves: Favela; Currículo; Diferença; Resistências

O presente trabalho tem como mote relatar experiências sombreadas pelas violências que atravessam algumas favelas no estado do Rio de Janeiro, que (des)formam e deformam práticas cotidianas, em vista de políticas curriculares engessadas e homogeneizantes. Não é uma escrita em tom de denúncia, mas uma escrita que transborda práticas docentes de (r)existências. Esta última palavra é, também, para além de seus sentidos, uma brincadeira com sua sonoridade, pois tem semelhança com a palavra resistência. O que seria o (r)existir docente senão também resistir às deformações impostas, já que existo de outras formas cotidianamente?

A linha que tece este trabalho perpassa pensar, com Ginzburg (1989), os *indícios* de pesquisa que valorizam a resistência como uma força geradora de novas possibilidades e que desafiam as lógicas capitalistas presentes nos currículos que buscam diminuir o potencial da vida nos cotidianos, diante de um cenário político que impõe uma Base Nacional Comum de Formação Inicial e Continuada (BNC - Formação) e BNCC (Base Nacional Comum Curricular), responsável por influenciar os princípios que guiam a formação e a atuação de professores ao definir competências em termos de conhecimento, prática e comprometimento profissional.

No movimento de buscar capturar uma fibra das nossas verdades pessoais a partir de pistas indiciárias, fortalecemos nossas narrativas com vivências, considerando que não há nenhum documento curricularmente estruturado que nos auxiliem como professores quando nos deparamos com a ordem implícita de não subir a ladeira da favela e adentrar à escola, por exemplo. Quando a cancela está fechada docentes não entram. A escola está fechada. Logo, torna-se, também, relevante explorar outras abordagens e trazer para debate as vivências nos cotidianos, as reinvenções, *os usos dos praticantes* (Certeau, 2020), para compor o referencial teórico, a partir de uma perspectiva pós-estrutural, que busca desmaterializar as certezas documentais.

Falar sobre favela(s) é provocar, ainda, uma discussão a respeito dos termos empregados para designá-las, termos eufemísticos que buscam talvez amenizar possíveis aspectos pejorativos relacionados à palavra *favela*. Como apontaram Silva (2012), Alvito (2001) e outros pesquisadores do campo, ao contrário do que são para muitos, elas são espaços (CERTEAU, 2020) organizados por uma lógica interna/externa (SILVA, 2012), em que se estabelecem diferentes e variadas relações de poder entre os que nela vivem e desses com os de fora.

Logo, também nos interessa perpassar os becos, as vielas, os morros e a borda/interior da favela (ALVITO, 2001), levando-nos a favela formada pelas histórias de vida, pelas histórias das pessoas que a habitam, pelas relações de confiança, amizade, parentesco, ainda que nela exista uma sociabilidade largamente violenta (SILVA, 2012). “Distanciando-nos das adjetivações que a estruturam como espaço de ausência, sujeira e de desorganização, buscamos aquela que é capaz de sobreviver a tudo isso” (KEHL, 2010, p. 15), que cria práticas e políticas de resistência em seu cotidiano. Falar de favela, portanto, é falar da *história do Brasil* (ALVITO; ZALUAR, 2004), das tentativas de apagamento e efeitos da *lógica urbana reducionista* (KEHL, 2010) e injusta que exclui as pessoas em que nela vivem e subtraem muitas vezes o direito à humanidade e à vida.

A cancela fechada demarca *fronteiras* (BHABHA, 2013) do que e de quem pode ou não existir, de quem tem ou não direitos. A existência da cancela é um signo de quais vidas podem ser abatidas, desrespeitadas, alvejadas e desumanizadas. Todavia, tais fronteiras são impossíveis de fixação, ela move-se conforme nos posicionamos em relação a ela, onde o dentro é também alteridade. É um limite que não existe em sua totalidade, porque apesar dos abates, essas mesmas fronteiras se movem e até se desfazem quando as normas, por exemplo, não dão conta de atuar sobre elas.

Os dados, por exemplo, do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, anualmente mostram que, além de assustadores na medida em que se relacionam à banalidade da morte e à fragilidade da vida humana, tais dados denunciam um modelo de segurança que adota a morte como política de gestão pública a partir da qual se decide quem deve ou não morrer, o que Mbembe (2016) chama de necropolítica, “[...] formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2016, p. 146). A política de morte que volteia as favelas e periferias, para além da afirmação de que é preciso exterminar algumas pessoas ou grupos para garantir a ordem pública e o bem-estar de outros, não se limita às operações policiais e aos homicídios cometidos nelas, mas se estende por vários caminhos das vidas dessas pessoas na medida em que quando se nega a legitimidade, quando se exclui, subalterniza, se faz necropolítica.

As distintas formas de tratamento pelo Estado e justiça brasileiros são palpáveis, questionamos ao que podemos nos agarrar para nos mantermos firmes diante de tantos discursos e práticas de ódio que ferem toda comunidade escolar. Ferem porque excluem sujeitos e os marcam como gado a ser abatido nas comunidades brasileiras. Logo, vivemos no campo da resistência, ou (r)existência, ou, ainda, da sobrevivência.

 São partes de um quebra-cabeça que nunca foi desmontado, e suas peças são trocadas para que deem conta de manter o ódio e a violência como formas de organização da sociedade, com seus recortes de gênero, raça, classe e etc. Pessoas precisam ser descartadas, fragmentadas, despossuídas de si mesmas para que políticas como a do *nós e do eles* (STANLEY, 2020) se façam mais fortes. A grande pegadinha parece a ideia de que a imagem das violências, ódios não estão montadas, quando somos perpassados por elas o tempo todo.

No *dentrofora* (ALVES, 2010) das favelas, historicamente, as vias da rotulação reconsiderada (BECKER, 2008), que seria basicamente o etiquetamento de alguns indivíduos a partir da definição de crime/criminoso sob a ótica das instâncias oficiais legais e jurídicas, fazem emergir silhuetas da discriminação e da negativação do outro a partir da criação de estigmas sobre algo, algum lugar e/ou algumas pessoas. Não somente nos espaços periféricos, pois a favela é gasosa, flui, mas em diferentes contextos a política de morte adotada em prol do cidadão de bem e “[...] dos fetiches da ordem, do regimento da vida em prol de algo a ver com uma civilização melhor” (COELHO, 2009, p.1) tem aniquilado não somente vidas, como acompanhamos diariamente a carnificina fruto da política de segurança pública do estado, mas epistemologias alternativas que são criadas com e nesses espaços. Conduzindo a discussão para o momento atual que vivemos, Mbembe (2020), em entrevista concedida à Folha de São Paulo quando o mundo vivia o início de uma pandemia que em poucos meses subtrairia a vida de milhões de pessoas, diz que o poder de matar foi democratizado:

O sistema capitalista é baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e de morrer. [...] Essa lógica do sacrifício sempre esteve no coração do neoliberalismo, que deveríamos chamar de necroliberalismo. Esse sistema sempre operou com a ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado. (MBEMBE, 2020, s.p).

A dinâmica da contraposição *mau x bom*, *bem x mal* resulta, em algum momento, na destruição de um dos lados, com forte tendência ao que é supostamente bom e benigno vencer o mau e abominável. Sabemos que a violência e a marginalização estão ligadas à desigualdade de oportunidades e à garantia e exercício dos direitos sociais, logo não é possível resolver essas questões a partir de uma lógica fundamentada na unidirecionalidade. Apesar da consciência de um “projeto de unidimensionalização epistêmica de mundo” (COELHO, 2016, p. 520) guiado por um modelo epistemológico pré-fixado que se pretende global, vale ressaltar a importância da desconstrução do pensamento que concebe a escola como “[...] parte homogênea do sistema educacional” (CARVALHO; RANGEL, 2009, p. 124), sem vida, sem autonomia, sem sujeitos que constroem sua história e constituem a diversidade.

A intenção neste trabalho não é criar um conhecimento libertador capaz de superar e/ou salvar o mundo, todavia, a busca por outras formas de diálogo e de se fazer pesquisa capaz de valorizar os saberes que não são pontuados como essenciais em documentos normativos oficiais, documentos que não nos ensinam a *sentir o clima da favela*, que não nos ensinam a agir quando o caveirão está prestes a subir enquanto temos inúmeras crianças dentro da escola ou enquanto elas se locomovem com seus responsáveis para cumprir mais um dia letivo do calendário escolar que na prática se mostra inegociável com suas atividades remotas.

Atender a uma Educação e suas políticas curriculares que se alinham aos interesses do capitalismo, seguindo caminhos já estabelecidos, como se tudo estivesse pré-determinado, resulta em uma visão de mundo e de existência que opera através da coerção e deformação da vida. Estas confluem com o ódio em sua tentativa de homogeneizar os diferentes conhecimentos, e tomar como inexistentes as criações cotidianas.

O que ou quem está, adentra ou sai da *favela* é vida, burla as normas e as demarcam como produtos vencidos de uma prateleira frágil. Atuar na Educação Básica, dentro desses territórios é desterritorizá-los cotidianamente e fazer diferente na diferença. Por fim, defendemos que as vidas não passíveis de serem capturas e/ou modeladas por nenhuma força imposta, porque vida, logo, ela acontece imprevisivelmente e nos escapa. Destarte, entendemos e defendemos com Frangella (2020, p.384) o “[...] currículo como produção híbrida inacabada, em que a repetição nunca é o mesmo, em sua dimensão performática, mantém vivo e dinâmico o fluxo de significação.”.

REFERÊNCIAS:

ALVITO, Marcos. **As cores de Acari:** uma favela carioca. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos da sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BHABHA, Homi. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

CARVALHO, Janete Magalhães; RANGEL, Iguatemi Santos. Tudo sobre nós, conosco: a formação continuada com os professores no cotidiano escolar. In: SAMPAIO, Carmen Sanches; PEREZ, Carmen LuciaVidal. (Org.). **Nós e a escola**: sujeitos, saberes e fazeres cotidianos. Rio de Janeiro: Rovelle, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes. Vol.1, 5ª reimpressão, 2020

COELHO, Gustavo. Pixações na metrópole: uma pedagogia fora da lei. 32ª Reunião Anual da ANPEd, 2009. Disponível em: http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT24-5832--Int.pdf Acesso em: 29 mai. 2024.

COELHO, Gustavo. Jovens marginalizados e a crítica da razão. **Passages de Paris,** v. 2, 2016. Disponível em: <http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2016-vol2/articles/pdf/PP13_Varia5.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2024.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Formação de Professores em tempos de BNCC: um olhar a partir do campo do currículo. **Revista Formação em Movimento**, v. 2, n. 4, p. 380-394, 2020.

GINZBURG, Carlo. SINAIS: Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas e Sinais**. GINZBURG, Carlo. São Paulo: Cia Letras,1989. p. 143-179

KEHL, Luis. **Breve história das favelas.** São Paulo: Claridade, 2010.

MBEMBE, Achille. Pandemia democratizou o poder de matar, diz autor da teoria da necropolítica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 mar. 2020. Mundo, p. 1-2. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml. Acesso em: 24 mai. 2024.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: A política do" nós" e" eles"**. L&PM Editores, 2019.

SILVA, Rodrigo Torquato. **Escola-Favela, Favela-Escola:** Esse menino não tem jeito. Rio de Janeiro: Faperj, 2012.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.